

## POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS

Prezada bibliotecária, prezado bibliotecário,

Esta edição especial do BOB News é dedicada às eleições que serão realizadas no próximo mês de outubro.

O Conselho Regional de Biblioteconomia 8ª Região, durante o período de campanha eleitoral, realizou ações para evidenciar as políticas públicas na área do livro, leitura, biblioteca e literatura, e despertar a reflexão de bibliotecários e políticos neste sentido. A preocupação de trazer as bibliotecas e bibliotecários na pauta política tomou forma com a criação uma Comissão Temporária de Políticas Públicas para Bibliotecas e Bibliotecários na reunião plenária ordinária de agosto último.

De um lado, o Conselho consultou os candidatos, inspirado em experiências anteriores. Dessa vez, os ofícios enviados aos candidatos aos diversos cargos - Presidência da República, Governo do Estado de São Paulo, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais – foram divulgados no site do Conselho:

<http://www.crb8.org.br/especial-eleicoes-2018-e-politicas-publicas-para-o-livro-e-a-leitura/>.

E os bibliotecários foram convidados a reforçar a consulta junto aos seus candidatos de sua preferência.

De outro lado, todos os profissionais e empresas inscritos no Conselho foram consultados sobre sua atuação e suas expectativas no tocante a essas políticas.

Mais ainda docentes e profissionais foram convidados a estimular a reflexão com textos na sua área de especialidade.

O primeiro resultado das ações está condensado nas páginas seguintes.

Apesar de um tempo bastante exíguo, a efervescência dos debates e a riqueza das informações coletadas sugerem que a discussão e a reflexão apenas começaram.

Boa leitura! Bom voto!

### VEJA NESTA EDIÇÃO

- Editorial
- Biblioteca: um lugar de múltiplos espaços, Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
- Biblioteca escolar: caminhos para transformar cenários de desigualdade, Lillian Viana
- Biblioteca escolar, Bibliotecário e sociedade, Jânio dos Santos Mesquita
- Biblionet: a Biblioteca Pós-Gutenberg: Biblioteca e Informação Pública, Luiz Augusto Milanesi
- CRB-8 abre espaço para manifestação dos candidatos sobre políticas públicas do livro, leitura, biblioteca e literatura
- Políticas públicas para bibliotecas e bibliotecários
- Com a palavra, o Bibliotecário
- O Bibliotecário e a Política
- Anote na agenda: Biblioteca Escolar na Paulista

# ELEIÇÕES X POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

Enfim a primavera chegou. E com a ela a maneira que a natureza encontra de nos dizer que “é tempo de renascer”. Estamos justamente na expectativa de renascer as esperanças de um novo tempo para o país. 2018 foi de perdas não só humanas, mas também culturais, com o incêndio do Museu Nacional, e todo valor simbólico que esta perda representa para as profissões e instituições ligadas à cultura e informação registrada.

Neste sentido, o CRB-8 em ação de acompanhamento processo político nacional, encaminhou consulta com a finalidade de conhecer as Propostas de Governo dedicadas às políticas públicas voltadas para a área do livro, leitura, literatura e biblioteca, bem como as propostas mais específicas, destinadas às bibliotecas escolares e públicas, que são espaços essenciais em qualquer projeto pedagógico, além de fatores contributivos ao desenvolvimento social e cultural de uma comunidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, estabelece que o acesso à educação e a informação é direito humano. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal, de 1988, dispõe que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, e do seu preparo para o exercício da cidadania e de sua qualificação para o trabalho.

Nesse contexto, apresentam-se textos produzidos sobre o tema das bibliotecas elaborado pelos bibliotecários: Oswaldo Francisco de Almeida Júnior, Lilian Viana, Luiz Augusto Milanese, Jânio dos Santos Mesquita. Também trazemos entrevistas com os bibliotecários: Cristian Brayner e Márcio Augusto de Souza Teixeira. O bibliotecário Cristian Brayner foi diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Ministério da Cultura. Em sua fala, destaca as entrevistas por ele realizada com os 13 candidatos à presidência, e na qual constatou que “Ao contrário do que muitos pensam, a gênese da fragilidade de nossas bibliotecas não são as promessas descumpridas, mas a falta de promessas”. Já o bibliotecário Márcio Augusto de Souza Teixeira, da Reitoria da Unesp, que viveu a experiência de se candidatar a um cargo eletivo, comenta as motivações de sua candidatura e o impacto da mesma em sua vida profissional. Segundo Márcio, a ausência de políticas públicas em favor das bibliotecas é parcialmente explicada pelo desconhecimento do problema por parte dos agentes públicos.

Na oportunidade são listadas as respostas de candidatos a cargos eletivos nesta eleição, que manifestam seu posicionamento e/ou proposta para a questão das bibliotecas. Finaliza-se a cobertura do boletim com a manifestação de colegas bibliotecários, na coluna “COM A PALAVRA, O BIBLIOTECÁRIO”, um espaço no qual se destaca respostas de profissionais à consulta realizada na primeira quinzena de setembro. Nas respostas ganha destaque a preocupação com a Lei nº 12.244/2010 que institui a obrigatoriedade de bibliotecas escolares nas Instituições e com Bibliotecários.

Assim, baseados em fatos conhecidos e atualizados nos depoimentos apresentados neste boletim é que enfatizamos a necessidade contínua de buscar o desenvolvimento de políticas públicas para as bibliotecas (públicas, escolares, universitárias e etc.). Garantir bibliotecas para a sociedade brasileira é garantir a todos o direito humano de se apropriar da informação e cultura.



Regina Céli de Sousa | Presidente  
CRB-8/2385

## Biblioteca: Um Lugar de Múltiplos Espaços



Divulgação

### Oswaldo Francisco de Almeida Júnior

Doutor e mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, graduado em Biblioteconomia pela FESP. Professor Associado da UEL – Universidade Estadual de Londrina; Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília e professor colaborador do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri. Mantenedor do site Infohome [www.ofaj.com.br](http://www.ofaj.com.br).

A biblioteca, seja ela pública, escolar, universitária, especializada e outras (como as populares, comunitárias, alternativas, prisionais, étnicas...), apesar das características individualizadoras de cada uma delas, se constituiu em uma plêiade de espaços, abarca uma série de espaços.

O primeiro grande espaço é o que está voltado para a informação. Biblioteca, em essência, é um lugar de informação. Essa ideia me levou a chamá-la de equipamento informacional. As ações e serviços oferecidos pelas bibliotecas devem estar voltados para atender, mesmo que de maneira momentânea, as necessidades, interesses e desejos da comunidade e dos cidadãos atendidos por elas. Tais necessidades, abrangendo interesses e desejos, abarcam desde as provenientes de atividades escolares, profissionais, individuais (como as curiosidades e busca por conhecimento) até as que são denominadas de informações utilitárias, ou seja, aquelas que são cotidianamente demandadas. O vínculo à informação quebra a ideia de que as bibliotecas têm como única função o empréstimo de livros e o favorecimento da relação dos livros com os usuários.

Essa ideia nos leva ao segundo grande espaço das bibliotecas, qual seja, a leitura. De início é preciso alertar para o fato de que as bibliotecas trabalham com um conceito lato de leitura. Não se trata exclusivamente da leitura do texto escrito, mas, também, da leitura da imagem fixa, da imagem em movimento e do som, além, é claro, de manifestações em que mais de um desses segmentos estão presentes. A leitura do texto escrito, por ser por demais conheci-

da, não precisa ser aqui desenvolvida, mas vale lembrar que os tipos de documentos que veiculam a escrita vão além dos livros. As imagens fixas, abrangendo, entre outras, a fotografia, os cartuns, as gravuras, as pinturas, as esculturas, possuem uma linguagem diferenciada e uma leitura própria, específica. A leitura da imagem em movimento engloba em especial, os filmes e os vídeos. Aqui pode ser incluída a leitura do corpo. Por último, leitura do som. Na biblioteca, esta é por demais importante, pois engloba, além das músicas, a oralidade. Boa parte das bibliotecas trabalha com a contação de histórias e a contação de histórias é, em essência, uma ação que trabalha com a oralidade. Mesmo considerando que na contação se faz uso de um texto produzido e disseminado, originariamente, como um texto escrito e que, em outros tantos casos, emprega-se vestuário, alegorias e até cenários, o principal agente desse fazer é a oralidade. Há um outro tipo de leitura que engloba dois ou mais dos segmentos apresentados e que devem ser analisados de maneira diferenciada. É o caso das histórias em quadrinhos, do teatro, de documentos eletrônicos, virtuais etc.

O terceiro espaço é o da memória. Nossas memórias, além de individuais, também são coletivas e é com isso que as bibliotecas trabalham. Um autor dessa temática, Eduardo Murguia, afirma que arquivos, bibliotecas e museus são lugares de Memória. A memória coletiva pode ser de um povo, mas pode ser, e é sempre, a de uma comunidade, a de um grupo. A biblioteca trabalha para e com esses grupos. Incluo aqui a memória de uma empresa, de uma instituição, de uma escola, de uma universidade etc. Há experiências várias de bibliotecas atuando com a memória da comunidade a que atende. Essa é uma responsabilidade da biblioteca que não está restrita a um dos tipos dela.

Hoje, em vários países, incluindo o Brasil, há experiências atuando com o que está sendo designado de bibliotecas das coisas. Insiro estas experiências como o quarto espaço. O que é na verdade as bibliotecas das coisas? A proposta básica é oferecer à comunidade um serviço que atenda a necessidades, interesses e desejos, mesmo que nem todos vinculados à leitura no sentido amplo ou na mediação da informação. As bibliotecas das coisas possuem acervos que atendam a determinados serviços específicos, por exemplo: um segmento do acervo é formado por pinturas, quadros que são emprestados e podem permanecer em posse do usuário por um tempo específico. Depois, ele pode deixar o quadro emprestado e levar outro. Ou o acervo pode ter um segmento com ferramentas para atividades diversas. Um usuário, necessitando de um martelo, um soldador, uma chave de fenda, um serrote etc., pode emprestá-lo da biblioteca. O mesmo se dá com gravatas: um usuário em busca de emprego pode emprestar uma gravata para participar de uma entrevista de emprego. Formas de bolo, manuais de ponto de crochê (com exemplos reais colocados em pequenos sacos plásticos, dispensando texto escrito), uso, na biblioteca, de impressor 3D (para produzir algo idealizado pelo

usuário) e muitas outras coisas podem fazer parte do acervo e dos serviços das bibliotecas das coisas.

Disse inicialmente que temos uma plêiade de espaços nas bibliotecas. Arrolá-los e descrevê-los demandaria um espaço maior do que tenho aqui. No entanto, rapidamente, vale apontar alguns deles: espaço da cultura, espaço da mediação, espaço do lazer, espaço da aprendizagem, espaço da troca, espaço da convivência etc.

Cada um dos espaços apresentados ou apenas citados, merecem e precisam de políticas públicas específicas dentro da política pública voltada para as bibliotecas. Mas, como são muitas, elas não devem, neste momento, ser especificadas sob pena dos compromissos dos candidatos se fixarem apenas nos itens registrados. É preciso pensar em uma política pública para as bibliotecas. No caso específico das bibliotecas públicas, um apoio formal e claro em relação ao PNLLB e seus similares no âmbito do Estado e dos municípios. Para as bibliotecas escolares, os candidatos devem apresentar um apoio formal e claro em relação a Lei 12.244/2010. Os candidatos também devem declarar concordância em manter as estruturas das bibliotecas universitárias e dos institutos de pesquisa e órgãos congêneres, ampliando seus acervos, seus quadros de pessoal, sua infraestrutura e aumentando as verbas a elas destinadas. Para os outros tipos de bibliotecas, espera-se candidatos comprometidos com as ideias e propostas de cada uma delas, vinculadas diretamente ou não ao Estado e aos municípios, designando verbas que possam atender as necessidades de cada uma delas, não só em relação à sua sobrevivência, mas também quanto ao crescimento de suas instalações, pessoal e serviços.

Referência:

MURGUIA, Eduardo Ismael. Apresentação. In: \_\_\_\_\_ (Org.). Memória: um lugar de diálogo para Arquivos, Bibliotecas e Museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010. 136p.

## Biblioteca Escolar: Caminhos Para Transformar Cenários de Desigualdade



Divulgação

**Lilian Viana**

Doutoranda em ciência da informação pela USP (Universidade de São Paulo). Possui graduação em biblioteconomia e mestrado em ciência da Informação, ambos pela Escola de Comunicações e Artes da USP. É pesquisadora do Colaboratório de Infoeducação e bibliotecária do Serviço de Referência na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

A política é caminho tanto para a manutenção de situações insatisfatórias como para transformações, tornando-as possíveis ou impossíveis. Assim, é importante que mesmo aquilo que é encarado como inatingível seja elevado à posição de objetivo a ser alcançado para caminharmos em busca de transformar realidades que decepcionam. O império da descrença e da inação projetados como modo de relação com o mundo não se configura como antídoto a realidades insatisfatórias; transformações demandam o sujeito da ação que se faz presente no verbo “lutar”, o qual – mais que enfrentamento contra algo – é modo de ser, estar, produzir e cuidar de um mundo comum a todos, como pontuou Perrotti (2017).

Enquanto sujeitos que partilham o mesmo mundo, somos responsáveis por seus rumos e, em ano de eleições, nossa responsabilidade é chamada às urnas, momento em que, por meio do voto, podemos conferir poder de ação a determinados candidatos que irão representar os interesses da sociedade.

Em um país de proporções continentais como o Brasil, em que a profunda desigualdade socioeconômica é, muitas vezes, envolta por narrativas que buscam sua naturalização e permanência, é importante termos clareza que um dos meios mais poderosos para combatê-la é a Educação e, em ano eleitoral, torna-se essencial direcionarmos nossos olhares aos projetos políticos para essa área.

A educação pode tanto embrutecer como emancipar intelectualmente; as perspectivas a partir das quais se desenvolve são determinantes aos seus resultados. Projetos para uma educação que busque a emancipação intelectual pautados, portanto, na igualdade das capacidades como princípio, têm a biblioteca como importante categoria constitutiva. Nessa perspectiva não está em causa a biblioteca encarada como mero acervo organizado para ser disponibilizado, pois tal postura nada mais faz do que encaminhar à assimilação de valores culturais vigentes pelos diferentes sujeitos.

A biblioteca escolar carece de ressignificação em nosso país para ser desenvolvida como dispositivo voltado ao desenvolvimento de saberes e fazeres que tenham em vista a garantia do direito que crianças e jovens têm de apropriarem-se de informação e cultura. Nesses termos, uma coleção organizada de recursos informacionais é apenas uma de suas características, encarar a biblioteca como ambiente é essencial, assim, mobiliário, equipamentos, disposição, cores, etc. são elementos a serem atentamente considerados para o desenvolvimento de uma biblioteca escolar acolhedora. Saberes e fazeres provenientes dos campos da Informação e Educação são fundamentais, a biblioteca escolar demanda profissionais de ambas as áreas e, também, o planejamento de ações formativas para que atuem criativa e criticamente no dinâmico contexto da informação e educação, promovendo o diálogo entre biblioteca e sala de aula. Mais que organismo de apoio ao ensino praticado em classe, a biblioteca escolar configura-se como espaço aberto para variadas manifestações culturais e construções de crianças e jovens, sendo



essencial estar em diálogo com vivências e desejos de seu público.

Face a isso, é essencial o papel dos mediadores, atuando diretamente com as crianças e jovens, pois a mera oferta de acesso a informações não pode ser traduzida como garantia de apropriação do universo simbólico e construção de significações pelos sujeitos, da mesma forma que saber ler números e símbolos não corresponde à capacidade de solucionar equações matemáticas.

Desse modo, é importante não nos deixarmos enganar com propostas políticas que não consideram – até mesmo pelo desconhecimento da questão – a complexidade do problema e limitam-se a propostas distributivas, apresentando a oferta de livros como alternativa exclusiva para solucionar a complexa questão da apropriação da informação e cultura por crianças e jovens. Caixas com livros não irão solucionar o hiato existente entre a biblioteca escolar e a sociedade brasileira. A biblioteca escolar é organismo complexo e demanda concepções alinhadas com a problemática do quadro informacional contemporâneo, profissionais da Informação e da Educação, vinculação com sala de aula e com a comunidade do entorno, recursos financeiros e propostas que compreendam que os resultados da ação serão alcançados no médio e longo prazo.

Em um país que vem dando mostras contínuas do descaso em relação às instituições de ensino, pesquisa e cultura é temeroso que as chamadas do descaso – em si mesmo um projeto político – consumam em definitivo possibilidades de transformações em prol da construção de uma sociedade pautada no princípio da igualdade entre os sujeitos. Mais do que nunca o voto consciente – portanto, atento às propostas políticas – não se configura apenas como direito, mas como dever de cada um que aprecia a força da ideia de que o mundo e seus problemas são responsabilidade nossa e, portanto, de que somos protagonistas de nosso tempo e de nossa história.

A seguinte publicação foi citada:

PERROTTI, Edmir. Sobre informação e protagonismo cultural. In: GOMES, Henriette F.; NONO Hildenise F. (Org). **Informação e protagonismo social**. Salvador: UFBA, 2017. p.11-26.

Para conhecer mais sobre políticas públicas para bibliotecas escolares:

VIANA, Lilian. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. 167 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-18122014-094444/pt-br.php> >. Acesso em: 03 set. 2018.

## Biblionet: A Biblioteca Após Gutenberg Biblioteca e Informação Pública



Divulgação

### Luis Augusto Milanesi

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de São Paulo (1971), mestrado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1977) e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (1985). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área da Informação e Ação Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas públicas, leitura, centros de cultura.

O Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado de São Paulo, criado em 1983, manteve-se atualizado em relação às técnicas e práticas profissionais até 1995. A partir dessa data – que marca o início da popularização da internet, constata-se que muitos órgãos públicos, incluindo as bibliotecas públicas, tiveram dificuldades para encontrar os caminhos da atualização necessária.

Mesmo que algumas bibliotecas que integravam esse Sistema fossem bem organizadas pelos padrões da época e já procurassem oferecer uma gama variada de serviços, a maioria usava em diversos graus de organização as ferramentas disponíveis nas primeiras décadas do século XX, procedimentos quase artesanais, como, por exemplo, a catalogação em fichas, que agora perdem sua utilidade prática face às novas ferramentas de informação. Algumas dessas bibliotecas já incluíam em suas atividades serviços de informação pública, na época identificado como “informação utilitária” pelo seu uso prático, bem como atividades como palestras, recitais e outras no âmbito da chamada “ação cultural”. Todas essas práticas deverão ser reformatadas face às novas ferramentas dos serviços públicos de informação para responder às novas demandas e, principalmente, ao perfil do público atual.

O objetivo do projeto é a busca dessa nova organização, incorporando as recentes ferramentas digitais já disponíveis para uso social no século XXI. Os estudos e projetos serão desenvolvidos pelos pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) e concretizados progressivamente. A associação da USP com as secretarias estaduais e municipais de Cultura

propiciará a junção da teoria e da prática, formando um todo equilibrado do qual resultará o desejável e o possível, sempre em vista dos interesses da sociedade.

O projeto é composto por três segmentos: o primeiro é a instituição da Biblioteca Pública Digital; o segundo visará a criação de ferramentas de informação pública; o terceiro, tratará da criação e circulação de bens culturais e atividade identificadas como “ação cultural”.

Antes do início efetivo da construção do projeto, será realizado um mapeamento detalhado das condições atuais das bibliotecas localizadas nos municípios do Estado de São Paulo, visando detectar o grau de organização, o uso que a população faz e a situação delas no âmbito político e administrativo das prefeituras. Essa pesquisa será realizada com ferramentas da internet uma vez que todos os municípios paulistas, inclusive suas bibliotecas, dispõem dessa possibilidade.

Após essa pesquisa, será dado início aos estudos e projeto do primeiro segmento: a Biblioteca Pública Digital, cuja construção exige a seleção de títulos para o acervo, os procedimentos para digitalização, o estabelecimento de metadados para localização e as formas de acesso. Além do forte componente tecnológico para a criação da biblioteca digital, há pela frente a barreira jurídica referentes ao direito do autor que exigirá a competência criadora para contornar os muitos óbices que a legislação brasileira impõe.

A criação da Biblioteca Digital exigirá o levantamento de cerca de 5.000 itens essenciais a uma biblioteca pública. A relação de obras selecionadas será feita por especialistas do livro e leitura, bem como intelectuais de diferentes áreas do conhecimento. Serão estabelecidas as formas de como as obras digitalizadas estarão ordenadas e armazenadas, seguindo os critérios internacionais específicos. Da mesma forma, serão definidos os meios pelos quais os usuários terão acesso às obras desejadas. A criação dessa Biblioteca Digital propiciará a todos os municípios, por meio de orientação da biblioteca local, o acesso a obras básicas – textos e audiovisuais – selecionadas por especialistas para atender às demandas principais do público.

O segundo segmento trata das bases para a circulação de informações de interesse público (empregos, serviços das prefeituras, do Estado e da União, tramitação de projetos nas câmaras municipais, acesso à informação nos termos da Lei 12527, etc.).

A terceira área abrange a ação cultural, a expressão artística como informação, em suas mais variadas formas como encontro com escritores, colóquios, exposições, apresentações de música, teatro e dança, etc.

Os métodos e técnicas a serem utilizados iniciam-se com a varredura bibliográfica de um assunto de plena atualidade com produção científica originária de vários campos – o que mostra a sua interdisciplinaridade. Essa bibliografia nascente provém, em parte, de países que estão na fronteira da pesquisa no campo das bibliotecas e a sua transmutação para o plano digital. Por meio da pesquisa que será aplicada para detectar a situação atual das bibliotecas paulistas serão identificados os problemas que avultam com mais clareza. A partir da identificação deles serão estabelecidas as soluções, sendo empregadas tanto as que já foram estabelecidas com sucesso em outros países quanto as que serão adaptadas ao contexto do interior paulista, bem como aquelas que serão criadas.

O projeto, multifacetado e de aplicação que demandará cerca de dois anos, deverá ser implementado por secretarias estaduais de Cultura com a coordenação do Ministério da Cultura. Pelo seu caráter de alta capilaridade terá repercussão na vida de cada município que integrar o novo sistema proposto. Como atuará no campo da informação e da ação cultural oferecerá benefícios imediatos para as populações aglutinadas em 645 municípios.

## Biblioteca Escolar, Bibliotecário e Sociedade



Divulgação

**Jânio dos Santos Mesquita** CRB/8 – 7459

Presidente Interino do SINBIESP  
Bibliotecário da Universidade Estácio de Sá  
Unidade European/Cotia

A problemática que está inserida a biblioteca escolar se arrasta por muitos anos e se quisermos ter uma sociedade mais crítica e menos violenta, mais laborativa e menos subserviente, é preciso mudar paradigmas educacionais com vertentes deturpadas por um sistema que não contempla de maneira eficiente a população que busca na rede pública de ensino seu crescimento individual e cidadã, mas o que se presencia é o sucateamento intencional de tudo que envolve e que deveria fundamentalmente fazer parte do escopo da educação.

A biblioteca escolar é uma engrenagem da educação num todo, que impulsiona a mente infantil, quando utilizada de maneira correta.

Para o atual cenário político, se faz necessário que nossas entidades de classe proponham com efetividade, um compromisso com os candidatos de valorizar e construir espaços públicos, bibliotecas, centros culturais, museus, com os devidos profissionais, para garantir a estrutura adequada a esses equipamentos em benefício da população.

No campo da educação, que o ensino fundamental seja público para os brasileiros e de qualidade, sem alterações curriculares, e escolas melhor preparadas, com as devidas bibliotecas, com bibliotecários, salas, laboratórios, teatros e incentivo ao esporte.

Nós bibliotecários temos que estar muito mais engajados em políticas e não nos acomodar, fingir que nada está acontecendo e esconder atrás de pilhas de livros esperando a aposentadoria chegar.

As competências leitoras para a formação cidadã, também não paira nas pro-ções do bibliotecário engajado na promoção da biblioteca escolar. Precisa também estar envolvido com as problemáticas sociais e suas demandas, isso significa que também deve interagir com os seus semelhantes, ou seja de sua categoria profissional liberal, pois uma lei como a da Universalização da Biblioteca Escolar 12.244/10 a qual já sancionada, possui tamanha dimensão que certamente clamará por manutenção, mas que impreterivelmente passe pela conscientização da integração do grupo de profissionais ao qual pertence, ao órgão que o rege, o CRB e sobretudo, ao sindicato, que o defende.

## **CRB-8 Abre espaço para manifestação dos candidatos sobre políticas públicas do livro, leitura, biblioteca e literatura**

Entre o final de agosto e o início de setembro, o Conselho enviou ofícios endereçados a cada um dos candidatos à Presidência da República, ao Governo do Estado de São Paulo e ao Senado Federal, pelo Estado de São Paulo. Para alcançar o vasto número de candidatos a Deputado Federal e Deputado Estadual, foram enviados ofícios aos Diretórios Nacionais e Estaduais de todos os partidos, e também divulgados no site do Conselho: <http://www.crb8.org.br/especial-eleicoes-2018-e-politicas-pu-blicas-para-o-livro-e-a-leitura/>.

Nenhum dos presidenciais, ou candidatos ao Governo do Estado de São Paulo, ou ao Senado Federal, respondeu a consulta do CRB-8 a respeito das políticas públicas sobre livro, leitura, biblioteca e literatura. A assessoria de Geraldo Alckmim retornou a consulta e encaminhou o Conselho para o escritório do Coordenador do Plano de Governo. Entretanto, a assessoria de imprensa do CRB-8 fez contato mas não teve obtido informações mais detalhadas sobre a presença do livro e da leitura no programa de governo do candidato.

Há análises dos programas dos presidenciais em algumas notícias e iniciativas, disponíveis na Internet:

[OS PRESIDENCIAIS, O LIVRO, A LEITURA E AS BIBLIOTECAS LEONARDO NETO ETALITA FACCHINI, PUBLISHNEWS, 04/09/2018.](#)

[VEJA QUEM SÃO OS 6 CANDIDATOS A PRESIDENTE QUE MENCIONAM LIVROS, LEITURA E BIBLIOTECAS GALENO AMORIM .](#)

Cristian Brayner entrevistou alguns presidenciais e disponibilizou as respostas no Facebook:

[Alvaro Dias](#)

[Eymael](#)

[Guilherme Boulos](#)

[Vera Lúcia](#)

A seguir estão reproduzidas na íntegra as manifestações dos candidatos em resposta à consulta do Conselho. A apresentação segue a ordem alfabética dos nomes dos candidatos a deputado estadual e a deputado federal.

## **Candidato a Deputado Estadual - Dalben**

Candidato a deputado estadual Dalben 22456

Quanto às Políticas públicas voltadas para a área do livro, leitura, literatura e biblioteca:

Existem políticas públicas nacionais, por meio de legislação e ações pontuais que contemplam ações nesta área, contudo, enquanto Deputado Estadual saliento a importância da regulamentação da legislação nos estados e municípios e proponho:

- Fomentar a interlocução de ações nas diferentes esferas políticas;
- Incentivar a formação de um programa de rede de bibliotecas para as escolas públicas;
- Promover a criação do cargo de bibliotecário, profissional qualificado com formação específica na área;
- Apoiar o vínculo do bibliotecário, como profissional concursado, ao quadro do magistério público;
- Criar mecanismos para a melhoria das condições das bibliotecas escolares para que sejam espaços com organização, concepção e dinamização, favorecendo o uso competente e frequente de acervos e materiais;
- Desenvolver ações para inserção de novas tecnologias, mídias digitais e acesso à uma plataforma de rede de bibliotecas públicas;

Neste sentido, tais ações são propostas como instrumentos pedagógicos e fatores de desenvolvimento social e cultural para a população em geral.



## Candidata a Deputada Estadual - Roseli Kobayashi

São Paulo, 14 de setembro de 2018.

Exma. Sra.  
Regina Celi de Souza  
Conselho Regional de Biblioteconomia – 8ª Região – São Paulo  
São Paulo – SP  
Ref.: Resposta ao Ofício Pres. CRB/8 nº 598/2018

Prezada Senhora,

Com muita satisfação recebi o desejo deste Conselho em conhecer o que apoiamos sobre o Programa de Governo para a implementação de Políticas Públicas voltadas para as áreas do Livro, leitura, Literatura e Biblioteca.

Estou ingressando na Política e esta é a minha primeira candidatura.

Como mãe e preocupada com educação e cultura com qualidade, entendo que propostas para melhoramento nas Políticas Públicas de Biblioteca, Livro e Literatura são de total importância para o desenvolvimento pedagógico e sociocultural da criança, da mulher e da família.

Pautada na importância da aplicabilidade da Lei 12.244/10 que versa sobre a universalização das Bibliotecas escolares, da exigibilidade de um bibliotecário escolar e do acervo adequado ao número de alunos nas escolas:

### LEVANTAMENTO:

- 1.) Levantar estatísticas do que já foram realizados no Estado de São Paulo;
- 2.) Promover encontro com a categoria para conhecimento das dificuldades e propostas do que poderiam ser feitas;
- 3.) Avaliar as propostas da categoria com o Governo, em conjunto com Secretarias da Educação e Cultura.

### OBJETIVOS:

- 1.) Renovação do espaço físico já implantados, examinar e melhorar a qualidade dessas instalações de modo a transformar a forma como a biblioteca participa das ações pedagógicas das escolas, com incumbência de auxílio na formação de jovens leitores, inserindo-os de forma prazerosa no universo da literatura.
- 2.) Projeção e organização do acervo, além de inseridos num ambiente encantador as obras do acervo que compõe a biblioteca escolar deverão ser interessantes aos alunos, sendo fundamental ouvir e buscar opiniões na comunidade, permitir que o aluno se relacione com a cultura popular que é importante para sua formação integral.
- 3.) Regularizar a contratação de profissionais bibliotecários nas escolas, capacitando-os para uma parceria biblioteca e sala de aula. Para se manter viva dentro das instituições

de ensino, é essencial que as bibliotecas façam parte das atividades pedagógicas do colégio. Para isso, os professores e bibliotecários devem pensar juntos como o espaço da biblioteca escolar pode ser uma extensão da sala de aula.

- 4.) Traçar um plano de incentivo fiscal para captação de acervo diversificado, atualizado e com tecnologia.

### CAMPANHA:

- 1.) Focar que permite formação integral do cidadão através do relacionamento com atos culturais.
- 2.) Debater que o bibliotecário é facilitador da informação, com ações de contação de histórias, oficinas de criação de texto, jogos pedagógicos e de conhecimento.

### META:

- 1.) Aproximar-se do Plano Nacional de Educação, que tratam a leitura e a biblioteca como meios de inter-relacionamento para melhorar a qualidade da aprendizagem no Brasil.
- 2.) Atingir a meta de contratação de bibliotecários até 2020 e apresentação de proposta para replanejamento com base em estatísticas dos últimos 12 anos, com capacitação e visão do futuro para os próximos 20 anos, preparando-os para os novos estudantes das salas de aulas, conhecidos como “nativos digitais”, geração de indivíduos que nasceram após a ascensão da internet em todo mundo.
- 3.) Desenvolver e discutir uma cartilha com a Integração orçamentária, funcional e operacional entre Educação e Cultura para esse fim. Assim a Biblioteca escolar será efetivamente um espaço de apoio educacional, didático-pedagógico e cultural, que atuará juntamente com o professor e aluno, onde o bibliotecário terá uma metodologia e poderá incentivar a leitura para o aluno de sua comunidade e proporcionará ao aluno o conhecimento para a sua realidade, integrando-o na sociedade.
- 4.) Atingir o melhoramento da qualidade do Ensino Infantil e das séries iniciais do Ensino Fundamental, inserindo o papel das mães e da família, como agentes de acesso através da tecnologia, que poderá ter possibilidade de conhecimento e visão do mundo. Apesar de muitas famílias não saberem ler, elas estão inseridas no meio tecnológico através da internet e isso chamará atenção e despertará interesse pela Biblioteca.
- 5.) As atividades de incentivo à leitura são e será ainda mais imprescindíveis em qualquer escola, principalmente no ensino fundamental, onde é mais fácil de inserir o hábito, pois as crianças tem a grande capacidade de brincar, de sonhar, de imaginar e assim, assimilam e assumem as atividades como parte de seu dia-a-dia.



## APRECIÇÃO:

A Lei 12.244/2010 foi um resultado da luta da classe de bibliotecários e como mãe, mulher e hoje candidata a Deputada Estadual pelo Estado de São Paulo, apoio a luta da categoria de Bibliotecários para que a Biblioteca Escolar seja aceita pela Comunidade Acadêmica, como organização que se preocupa com o caráter educativo da Biblioteca como espaço de aprendizagem e que poderemos apresentar propostas para esse entendimento, promoção de atividades entre Diretores e/ou Coordenadores para maior interação entre gestores, professores e bibliotecários para essa estruturação, pois acredito que serão objetivos fundamentais para nossa luta para a mulher, educação e cultura com qualidade.

E desde já colocamo-nos à disposição.

Atenciosamente,

Roseli Kobayashi  
Número: 40 866  
Candidata Deputada Estadual pelo Estado de São Paulo  
CNPJ 31.212.706/0001-40

## Candidato a Deputado Federal - Carlos Gabas

Assunto:  
Propostas Candidato a deputado federal Carlos Gabas

Claudia Alcantara

Considerando a importância do livro na vida como espaço efetivo de construção de cidadania e saber defendo as seguintes propostas do tema em questão :

1-Ação para garantir recursos orçamentários para a retomada do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), conforme linhas e diretrizes contidas na Política Nacional de Leitura e Escrita,

2- Ação de apoio ao cumprimento da legislação que determina a obrigatoriedade de pelo menos uma biblioteca por estabelecimentos escolar até 2020, com o estabelecimento de um sistema de monitoramento e planejamento pelo Câmara dos Deputados

3-Ações junto às comissões de Educação e de Cultura da Câmara dos Deputados de acompanhamento e apoio de matérias de interesse das políticas públicas do livro, leitura, literatura e bibliotecas

Att  
Carlos Eduardo Gabas  
1377  
Candidato a Deputado Federal

[FACEBOOK.COM/CARLOGABAS13](https://www.facebook.com/carlogabas13)

[INSTRAGAM.COM/CARLOGABAS](https://www.instragam.com/carlogabas)

[TWITTER.COM/CARLOGABAS](https://twitter.com/carlogabas)

[www.carlogabas.com.br](http://www.carlogabas.com.br)

Celular e whatsapp - 11 944460606

Escritório; Rua Augusta, 101 sala 1009 e 101

## Candidata a Deputada Federal - Durvalina Soares

Prezados,

É com imensa satisfação que respondo ao ofício da Presidente do CRB-8.

Att  
Durvalina Soares

Aproveito a oportunidade para encaminhar uma mini biografia para vocês.

Sou Durvalina Soares, paulista, natural de São Caetano do Sul, filha de migrantes nordestinos, formada em Biblioteconomia pela USP. Trabalhei por 34 anos no serviço público como bibliotecária, atuando nas Prefeituras de São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo e São Paulo.

Durante 31 anos de serviço em São Paulo, enfrentei muitos desafios. Um dos mais importantes foi ter participado ativamente da implantação do Projeto dos CEUs. Atuando como diretora de departamento, ajudei a construir 21 unidades em toda a cidade. É um grande orgulho, pois trata-se de um projeto que leva educação, cultura e dignidade aos cidadãos da periferia da nossa cidade.

Depois de décadas de Governos que desvalorizam os servidores públicos, ajudei a fundar a Anis (Associação dos Servidores de Nível Superior do Município de São Paulo) com objetivo de lutar por melhores condições de trabalho e por um serviço público de qualidade à população.

Hoje, sou aposentada há 3 anos, presidente da Anis e militante política. Quero continuar lutando contra o ataque aos direitos humanos, aos servidores públicos, aos aposentados, à classe trabalhadora e à Previdência Social.

Sempre lutei pela manutenção e ampliação da rede de bibliotecas e pelas prerrogativas dos bibliotecários tendo em vista oferecer o melhor serviço bibliotecário aos cidadãos. Quero fazer o mesmo em âmbito nacional.

## Durvalina Soares - Programa de Ação 2018

Leitura e informação públicas: um direito que, embora existente na lei, precisa ser assegurado de fato

A leitura e a informação configuram-se instrumentos culturais transformadores dos indivíduos e requisitos poderosos para a constituição de repertório crítico a partir do qual o sujeito se coloca na sociedade.

O acesso à leitura e à informação é um direito fundamental do cidadão e uma obrigação do Estado. As Bibliotecas Públicas e as Escolares, nesta perspectiva, constituem-se no ambiente natural de convergência do público leitor, tanto nas situações de fruição motivada por curiosidade e interesse particular, quanto naquelas motivadas por demandas de estudo e trabalho.

Para que as Bibliotecas Públicas e as Escolares sejam um espaço aberto, motivador de conhecimento, fomentador de diálogo e pulsante, de modo a atrair, acolher e fomentar o gosto e a necessidade de fruição cultural é necessário assegurar o cumprimento deste papel sociocultural e que os recursos demandados estejam garantidos na formulação, execução e avaliação das políticas públicas.

### **E como isto pode ser feito?**

Nesse momento se apresenta como prioridade absoluta a criação de redes de Bibliotecas Escolares em âmbito municipal, estadual ou federal atendendo à Lei 12.244 de 24 de maio de 2010.

Devemos também assegurar que as políticas públicas para Bibliotecas estejam representadas nos planejamentos e nos orçamentos das cidades, dos estados ou da união assim como ocorre que as demais políticas da administração pública.

### **E como trabalhar a imagem das bibliotecas públicas e escolares e o modo como são vistas pela sociedade?**

Para isso, devem ser discutidos e trabalhados os pontos fortes e fracos da instituição, de modo que nas divulgações os fortes sejam intensificados e que haja propostas para reformular aqueles que precisam melhorados.

Criar uma marca para as bibliotecas também é bastante importante. É necessário o estabelecimento de um símbolo forte, que possa ser utilizado em peças de comunicação que as pessoas associem à própria instituição.

## **Recuperação e modernização dos espaços: um imperativo da sociedade**

Modernização é fundamental, mas a situação de degradação dos equipamentos culturais como um todo e das Bibliotecas em particular, contudo, é de tal extensão que se trata de tornar a recuperação do patrimônio público uma prioridade no plano de governo, criando os mecanismos necessários à recuperação das bibliotecas, dotando-as de rede de informatização, equipes qualificadas com funcionários comprometidos, acervos atualizados, autonomia gerencial, além de um perfil claro dos serviços oferecidos. Neste quadro, a biblioteca deve atender aos diversos segmentos sociais, econômicos e etários, com direito ao uso dos equipamentos e serviços culturais disponibilizados pelo poder público como forma de acesso ao conhecimento, ao pensamento, à cultura e à participação na vida sociocultural e política da cidade.

### **Proposta de ações:**

Criar centros culturais com capilaridade para que a população de áreas periféricas possa ter acesso às atividades culturais e também possa ser sujeito na realização destas atividades, garantindo o protagonismo nas ações.

Divulgar para a população a verba de educação cultura destinada à cidade ou região e promover a administração desta verba com a participação de conselhos populares, eleitos pela comunidade.

Criar, fortalecer e manter espaços de representação e participação civil (Conselhos, Conferências, Planos e Fundos geridos com a participação da sociedade civil).

Implantar bibliotecas públicas e casas de cultura nos municípios e distritos das cidades brasileiras.

Garantir às bibliotecas universitárias que exerçam o seu papel de suporte ao ensino, à pesquisa e à formação acadêmica por meio de equipes capacitadas para realizar esta prestação de serviços com competência, comprometimento e qualidade além de orçamentos que possibilitem a formação de acervos documentais e históricos em suportes diferenciados visando a excelência no atendimento.

## Candidato a Deputado Federal - Lobbe Neto

São Carlos/SP, 13 de setembro de 2018.

Excelentíssima Senhora  
Regina Céli de Sousa - Presidente do CRB-8/2385

Em resposta ao Ofício Pres. CRB/8 nº 595/2018, do CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO - SÃO PAULO, na qualidade de deputado federal e candidato à reeleição, pelo mesmo cargo, encaminho abaixo o que temos realizado em prol da implementação de políticas públicas voltadas para áreas do livro, leitura, literatura e biblioteca.

Sou membro da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Frente Parlamentar da Leitura, e autor do PROJETO DE LEI 1.831/03, convertido, após sanção presidencial, na Lei Nacional nº 12.244/10, que trata sobre a Universalização das Bibliotecas Escolas públicas e privadas de todo país.

Essa Lei surgiu em atendimento a uma reivindicação do Conselho Federal de Biblioteconomia e do Conselho Regional de São Paulo para incentivar a implantação das bibliotecas e, com isso, a leitura, em todo o nosso território nacional.

A lei foi sancionada em 2010 e estabeleceu que, em até dez anos, todas as escolas públicas e privadas do Brasil, deveriam ter bibliotecas com, pelo menos, um livro por aluno matriculado. A organização, a manutenção e o funcionamento dos acervos deveriam ser feitos por cada instituição. Já estamos em 2018 e muitas das escolas estão bem aquém do que aquilo que a lei exige.

Dentro desse mandato, venho lutando para que essa lei seja, de fato, cumprida. Realizamos audiências públicas, enviamos ofícios e requerimentos ao Ministério da Educação, além de receber em meu gabinete, um grupo liderado pela diretora de Educação e Cultura da EcoFuturo, Christine Fontelles, representante da Campanha “Eu Quero Minha Biblioteca”. Naquela oportunidade, afirmamos nosso apoio à campanha e ressaltamos que temos lutado para a efetivação da Universalização das Bibliotecas no país, especialmente, pelo fato de ser uma lei de nossa autoria.

Reeleito, vamos continuar lutando, pois o prazo vence dentro de dois anos, em 2020. Assim sendo, aproveito o ensejo para solicitar o apoio deste CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA - 8ª REGIÃO - SÃO PAULO, para seguirmos firmes nessa luta e cobrarmos a efetivação dessa lei. Espero também contar com o voto da classe dos Bibliotecários e, assim, reafirmarmos nosso compromisso de luta pela **implementação de políticas públicas voltadas para áreas do livro, leitura, literatura e biblioteca.**

Muito obrigado,

**Lobbe Neto 4512 - candidato à reeleição ao cargo de deputado federal**

## Candidata a Deputada Federal - Vera Stefanov

Para falar de políticas públicas, para a área de bibliotecas e conseqüentemente cultura e educação, nada melhor do que nossa colega e presidente afastada do SINBIESP, Vera Stefanov, para disputar eleição como deputada federal neste ano.

Vera tem uma vida dedicada ao trabalho de desbravamento dentro de nossa sociedade implantando bibliotecas e estimulando jovens à profissão. Desde sua formação é engajada nos mais diversos movimentos de ações para a área de livros, leituras e Bibliotecas. Juntamente com entidades do livro, cultura e intelectuais independentes, nos anos noventa integrou o Comitê Cultural da cidade de SP, responsável pela criação das leis de incentivo à cultura, Lei Municipal 10.923/1990, sancionada pela então Prefeita Luiza Erundina, Lei Estadual 9.504/1997, e a famosa Lei Rouanet 8.313/91. Participou de eventos para a formação do PNLL. É autora em conjunto com o escritor e ex-presidente da UBE, Levi Ferrari, do artigo “ O Bibliotecário e a era do conhecimento” publicado na seção Tendências e debates do Jornal Folha de São Paulo. Artigo que foi reproduzido em vários veículos de comunicações, jornais regionais, revistas, lido e comentado em diversas câmaras municipais, assembleias, câmara deputado federal e senado, na voz do senador Cristovan Buarque. É uma combatente junto aos governos, principalmente ao governo do estado de SP, para cumprir a Lei 12.244, que exige que as escolas de ensino fundamental tenham biblioteca com bibliotecário. E que os novos prédios contemplem salas especialmente para implantação de bibliotecas, e, não salas de leituras e colocar professor para as funções de bibliotecários.

Enquanto presidente do SINBIESP, Vera Stefanov, incluiu outras profissões para beneficiar os museólogos, historiadores, arquivistas, documentalistas, auxiliares que atuam nestas atividades de extrema importância para a memória do país. Enfim, esta nossa colega é pessoa que se doa para que tenhamos políticas públicas de bibliotecas, livros, educação e cultura em nosso país.

Mas diante do convite deste CRB-8, a mim solicitado, para descrever sobre um assunto de tamanha relevância, o que agradeço a oportunidade, tenho a dizer que estamos vivendo momento de total desmanche da cultura. Haja vista o desprezo com nosso Museu Nacional e a perda irreparável da nossa história. O Brasil se tornou sem identificação histórica, o que para uma nação é a total desvalorização. Sem dúvidas que o SinBiesp vem trabalhando para que esses profissionais envolvidos nestes ramos de atividades se tornem valorizados e que seus projetos sejam implantados no país.

**Palavras do Presidente Interino do SINBIESP, Jânio dos Santos Mesquita, apresentando a candidata Vera Stefanov.**

## Políticas Públicas Para Bibliotecas e Bibliotecários: primeira análise da consulta aos profissionais

No período de 04 a 17 de setembro, o CRB-8 disponibilizou um questionário aos profissionais, abordando a utilização de políticas públicas pelos bibliotecários em suas instituições, bem, como sua atuação política.

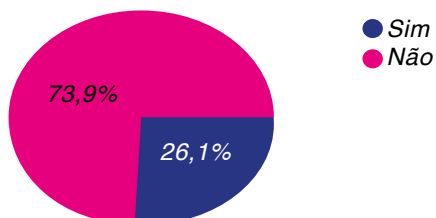
O questionário foi enviado por e-mail a todos os profissionais e empresas registrados no Conselho e ativos, aproximadamente 5.000 profissionais. Também foi divulgado nas redes sociais.

Foram coletadas 71 respostas. Houve participação equilibrada de profissionais do Interior (51%) e da Capital (Capital, 36% e Grande São Paulo, 13%). Os profissionais respondentes atuam em diversos tipos de bibliotecas: universitárias públicas e privadas, escolares, de ensino técnico, jurídicas, públicas, governamentais, de hospital, de lazer; há também autônomos e aposentados.

Os gráficos mostram os primeiros resultados:

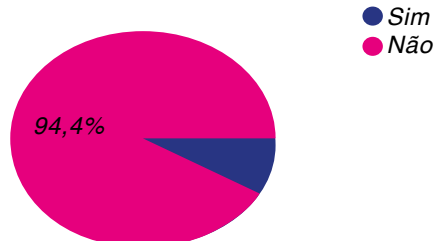
*Você já se utilizou / se utiliza destas políticas para ações na sua instituição?*

69 responses



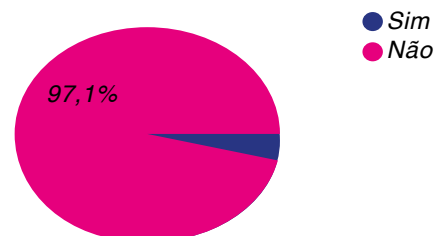
*Você participou / participa da equipe de governo em alguma das esferas municipal, estadual ou federal (Secretarias, Assessorias, etc)?*

71 responses



*Você é candidato a algum cargo eletivo ( Vereador, Prefeito, Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal, Senador, Presidente da República)?*

69 responses



Considerando o pequeno volume de respondentes, várias hipóteses surgem para construir uma análise que colabore para maior entendimento da questão e realizar ações mais efetivas.

Da mesma forma, a utilização limitada das políticas públicas nas instituições pelos profissionais bibliotecários enseja outra série de reflexões.

E ainda, a parcela diminuta de participação em equipes de governo e como candidatos, somada ao número reduzido de respostas de candidatos nessas eleições, aponta para a necessidade de discussão da participação do bibliotecário na política.

O CRB-8 entende que a discussão e utilização de políticas públicas para bibliotecas e bibliotecários é uma estratégia para a visibilidade e valorização profissional. E igualmente importante para a abertura de mercado para bibliotecários no Estado de São Paulo.

O CRB-8 agradece a colaboração dos profissionais que responderam o questionário.

Os dados coletados continuarão a ser analisados e as reflexões serão divulgadas nos próximos boletins e notícias do site. As colaborações constituem massa de dados muito rica para balizar a realização de ações pelo Conselho.

### **Mas o que é política pública?**

*Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório. A finalidade última de tal dinâmica<sup>11</sup> – consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas – constitui elemento orientador geral das inúmeras ações que compõem determinada política. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.*

SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: \_\_\_\_\_, FERRAREZI, Elizabete (Org.). Políticas públicas; coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v.1, p.28-29. Disponível em: [repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea\\_pp\\_v1.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3132/1/Coletanea_pp_v1.pdf)



## Com a palavra, O Bibliotecário

Destacamos algumas respostas de profissionais à consulta realizada. Os profissionais foram consultados para autorizar publicação de suas respostas. Alguns nomes foram omitidos, em respeito à vontade expressa desses profissionais, ou porque a resposta não foi recebida em tempo hábil. Os profissionais identificados autorizaram por e-mail a publicação.

*“A lei nº 12.244 institui a obrigatoriedade desse equipamento na escola, mas não apresentou dispositivos que garantam seu efetivo, portanto a lei deixa uma brecha enorme para o descumprimento. portanto, é preciso dispositivos que façam cumprir a Lei.”*

(Bibliotecária Universitária, São Paulo, SP, 04/09/2018)

*“Acredito que seja necessário uma colaboração e participação de todos. Por parte do governo quanto ao financiamento e divulgação dos projetos e programas; as escolas e seus colaboradores (diretoria, professores, bibliotecários), trabalhando juntos possam incentivar e criar o hábito da leitura; e a própria comunidade em geral, fazendo uso das bibliotecas.”*

(Andressa Davanso, PUC-Campinas, 04/09/2018)

*“Ampliação das políticas públicas para incentivo à leitura, com maior divulgação na sociedade local em geral - sobretudo em redes sociais ou nas mídias de massa (TV, rádio etc).”*

(Antonio Marques Amorim, USP / Faculdade de Educação, 04/09/2018)

*“As AÇÕES devem virar LEIS, senão sempre dependerá da boa vontade do partido, prefeito, secretário, isso se houver a uma Secretaria que englobe biblioteca, livro, leitura e literatura.”*

(Eliandra Mara Caparroz, São Bernardo do Campo, SP, Biblioteca Guimarães Rosa, 13/09/2018)

*“As delegacias de Ensino de cada Município deveriam incentivar e orientar os gestores de Instituição Escolar sobre: a necessidade de uma Assessoria de um profissional formado em Biblioteconomia e a importância de uma Biblioteca Escolar.”*

(Bibliotecária Aposentada, Litoral de São Paulo, SP, 17/09/2018)

*“As ações são pouco visíveis. Por exemplo, estamos prestes a vencer o prazo da Lei em que as escolas públicas e privadas teriam que ter uma biblioteca e ao menos um bibliotecário responsável e não vejo nenhum movimento dos governos para cumprir a Lei. Recentemente a CAPES lançou o curso de biblioteconomia à distância ofertada pelas instituições públicas mas, mesmo tendo professores da UNESP envolvidos neste projeto, a UNESP não aderiu. E não existe nenhuma determinação do governador para isso, por exemplo.”*

(Márcio Augusto de Souza Teixeira, UNESP, São Paulo, SP, 04/09/2018)

*“Atualmente, tenho visto muitas iniciativas que partem da sociedade civil e pouca mobilização por parte dos órgãos governamentais.”*

(José Carlos Bastos Junior, Câmara Municipal de São Carlos, SP, 04/09/2018)

*“Criação de uma política nacional das bibliotecas no país, com definição de verbas específicas para a área, padrão de qualidade, equipes, estrutura, acervo, serviços, planos de conservação, segurança, fiscalização e ampliação. Instrumento de avaliação de bibliotecas escolares. Instrumento de avaliação de cursos de pós graduação.”*

*“Uma ação de grande relevância foi a criação dos CEUs em São Paulo com grande impacto nas periferias. Já para as universidades foi a especificação pelo Ministério da Educação de quantidade mínima de exemplares impressos por aluno matriculado nos instrumentos de avaliação das universidades. Também podemos citar a lei que determina a exigência de biblioteca escolar.”*

(Bibliotecário Universitário, São Paulo, SP, 04/09/2018)

*“Fomentar as ações entre as comunidades e estimular o intercâmbio entre os participantes de projetos pelos sistemas e redes colaborativas de dados das bibliotecas.”*

(Maria Cristina Ferreira, São Bernardo do Campo, SP, 08/09/2018)

*“Maior engajamento nos processos voltados a educação. Principalmente o valorizar o papel da biblioteca dentro do ensino educacional.”*

(Bibliotecária, São Paulo, SP, 12/09/2018)

*“Maior incentivo de todas as esferas governamentais, a começar pela municipal”.*

(Bibliotecária em Biblioteca Pública, Interior, SP 10/09/2018. )

*“Planejamento em níveis federal, estadual e municipal de ações de leitura para população em geral. Investimento em infraestrutura e implantação de bibliotecas públicas e escolares. Garantia de acesso ao livro desde a primeira infância com ações de fomento e projetos de leitura. Campanhas na mídia e disponibilidade de material para leitura em transportes públicos de todo o país.”*

(Emília da Conceição Camargo, PMS. SME. CEU Feitiço da Vila, 16/09/2018. )

*“Voltar o olhar para a cultura. A partir daí que teremos mudança na sociedade. Incentivo a leitura de uma forma modernizada para acompanhar as mídias e atrair principalmente crianças e jovens a despertar o interesse pelo conhecimento.”*

(Amanda Maria Serafim Alves Pereira, Marília, SP, 04/09/2018)

*“Precisamos que as políticas públicas sejam cumpridas. Para tanto é necessário que a sociedade acompanhe, cobre e exija. Temos um Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010; um Plano Municipal de Cultura na cidade de SP, instituído por decreto em 30 de novembro de 2016; e ainda um Plano Estadual de Cultura, que pelo que consta no site: [http://www.planoestadualdecultura.sp.gov.br/?page\\_id=5](http://www.planoestadualdecultura.sp.gov.br/?page_id=5) - está em processo de formação, e que deveria ter sido instituído em agosto de 2014. Sem mencionar outras políticas que perpassam pela nossa área, como o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLL) de São Paulo.*

(Alessandra Atti - CRB-8/6568, São Paulo, SP, 05/09/2018)

## O Bibliotecário e a Política

Quais são ou deveriam ser as ações do bibliotecário no campo político? Como o bibliotecário pode ser protagonista de mudanças sociais? Você sabe quais são as propostas de políticas públicas dos seus candidatos em prol das bibliotecas?

O Bob News entrevistou o bibliotecário da Reitoria da Unesp, **Márcio Augusto de Souza Teixeira**, que se candidatou a cargo eletivo.

Márcio falou sobre suas motivações e como a candidatura impactou a sua vida profissional.

Para falar sobre o papel do bibliotecário e a política, o Bob News entrevistou **Cristian Brayner**

que foi bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça e diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura.

Cristian, que atualmente é bibliotecário da Câmara dos Deputados, realizou uma importante ação. Convidou todos os candidatos ao posto de Presidente da República, num total de treze, para uma entrevista. Claro que o foco são as propostas voltadas à valorização das bibliotecas. A pesquisa está sendo finalizada, mas os resultados já se mostram surpreendentes. “Ao contrário do que muitos pensam, a gênese da fragilidade de nossas bibliotecas não são as promessas descumpridas, mas a falta de promessas”, revela o bibliotecário

### Confira as entrevistas dos bibliotecários...

## Entrevista 1



Divulgação

### Márcio Augusto de Souza Teixeira

Formado pela UNIRIO (1988), atuou por quinze anos em uma livraria. Paralelamente montou a Fundação dos Amigos da Biblioteca Comunitária Zélia da Silveira Rosa (FAM-biblioteca), onde atuou como bibliotecário voluntário.

Ao chegar em São Paulo, trabalhou ainda por um ano em uma livraria e depois atuou como bibliotecário no Centro Social Marista Irmão Lourenço (Itaquera). Há dez anos é bibliotecário concursado na Reitoria da Unesp.

#### 1- Qual a importância dos bibliotecários (as) se posicionarem politicamente?

*Vejo o bibliotecário como um formador de opinião. Um profissional importante onde a informação correta é o seu instrumento de trabalho. Entretanto, se posicionar politicamente, ao meu ver, é uma atitude de todo cidadão, independentemente da sua profissão.*

#### 2- Qual foi a sua motivação em participar das eleições anteriores como candidato?

*Eu me candidatei uma vez a vereador por São Gonçalo/RJ, cidade onde morava. Na ocasião, uma das motivações foi o fato de eu ser responsável por uma*

*biblioteca comunitária. Eu via a precariedade em que se encontravam os usuários que, na sua grande maioria, eram estudantes de escolas públicas da região. A carência por informação correta era (e ainda é) muito grande. Havia alunos da quarta série (atual quinto ano) que mal sabiam ler e escrever. Isso me sensibilizou muito.*

### 3- Como foi a sua experiência?

*Esses dias mesmo estava comentando sobre essa experiência com os meus colegas de trabalho na Unesp. Eu conquistei 700 votos, que eram muitos na ocasião. Eu tive até dificuldades em juntar notas fiscais para a prestação de contas (risos), pois pensei que o cartório eleitoral não acreditaria que eu tive tantos votos com tão pouco dinheiro. Eu credito esses votos ao trabalho que realizei nesta biblioteca comunitária, além, claro, do conhecimento da minha família.*

### 4- Como essa iniciativa impactou a sua vida profissional?

*Essa iniciativa impactou a minha vida como um todo. Eu passei a ter uma visão mais crítica do processo eleitoral. Sem aquela visão purista que a maioria dos jovens tem, achando que vai mudar o mundo. Tenho, a cada dia, mais certeza que a mudança é individual. Não temos como mudar o outro.*

## Entrevista 2



Divulgação

### Cristian Brayner

Cristian Brayner é graduado em Filosofia, Biblioteconomia, Tradução, Direito e Letras (Língua e Literatura Francesas). Venceu, com sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, o Concurso Latino Americano de Investigación em Bibliotecología, Documentación, Archivística y Museología Fernando Báez (Eudeba, 2008). Ganhou o Prêmio Casa de las Américas com a obra *Devotos e Devassos: representação dos padres e beatas na literatura anticlerical brasileira* (Edusp, 2014), fruto de seu doutorado em literatura e práticas sociais. Foi bibliotecário do Superior Tribunal de Justiça e diretor do Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura. Atualmente é bibliotecário da Câmara dos Deputados. Dedicar-se ao estudo das políticas públicas de livro, leitura, literatura e bibliotecas.

### 1. Qual a importância dos bibliotecários (as) se posicionarem politicamente?

*O filósofo português Agostinho da Silva costumava dizer que “apaixonar-se é passivo; amar ativo”. Concordo com ele. Em nosso caso particular, o amor pela biblioteca se desdobra, necessariamente, em ações no campo político. Nesse sentido, a política pode ser encarada como prática amorosa. De fato, o bibliotecário, ao atuar politicamente, corporifica sua crença no poder das bibliotecas. Ao se mover, ele assegura aos governantes e aos governados que o equipamento cultural em questão é capaz de beneficiar as pessoas e as comunidades, combatendo a pobreza e todas as outras formas de violência. Contudo, o atuar nasce de um amor suspiroso. Afinal de contas, só operamos porque constatamos que o nosso objeto de amor, a biblioteca, sofre com o descaso ou, ainda com um alto nível de desnivelamento entre o que é oficialmente dito e o que é exercido.*

*Nesse sentido, um bibliotecário alheio à política é um bibliotecário alheio à crise em que a biblioteca e ele próprio se encontram mergulhados. Desconheço outro itinerário para reverter este quadro calamitoso senão o político. É evidente que há diversas maneiras de se colocar como agente político. Alguns bibliotecários, por exemplo, se candidataram a cargos eletivos. Minha colaboração se deu de outro modo.*

### 2. Como surgiu a iniciativa de entrevistar os candidatos à Presidência da República?

*Consumi a manhã inteira de um domingo consultando as propostas dos presidencialistas em relação aos livros, leitura, literatura e bibliotecas. Constatei que a grande maioria dos programas de governo sequer registrava o verbete “biblioteca”. Não é de hoje que observo da parte dos candidatos a postos eletivos no Executivo e no Legislativo o cultivo de um absoluto silêncio em relação às bibliotecas. Basta pesquisar para se deparar com o vazio. E assim, na eleição desse ano, também me recordei da famosa epígrafe do Camilo Castelo Branco: “O silêncio é uma confissão”. Só que, dessa vez, não me senti plenamente satisfeito com a tentadora tese do descaso. Acabei optando por outra estratégia: elaborei um questionário e encaminhei para todos os presidencialistas. Trata-se de uma tentativa de provocá-los, de fazê-los falar. Ao contrário do que muitos pensam, a gênese da fragilidade de nossas bibliotecas não são as promessas descumpridas, mas a falta de promessas.*

### 3. Quais os candidatos que já foram entrevistados?

*Todos os candidatos ao posto de Presidente da República, num total de treze, receberam o convite para a entrevista. Antecipei-me e encaminhei para as suas assessorias as oito perguntas, idênticas para todos*



eles: as duas primeiras tratando de sua relação afetiva com as bibliotecas, e as outras seis analisando aspectos de políticas públicas, sejam no campo orçamentário, sejam na esfera legislativa. Nenhum dos treze se recusou a responder as questões. Até o presente momento, conseguimos entrevistar os seguintes presidentes: Guilherme Boulos (PSOL), Álvaro Dias (Podemos), Eymael (PSDC) e João Amoêdo (Novo). Na próxima semana, entrevistaremos os candidatos Cabo Daciolo (PATRI), Vera Lúcia (PSTU) e Jair Bolsonaro (PSL). Esperamos que os outros se manifestem nos próximos dias.

#### **4. Qual a sua impressão em relação às propostas apresentadas pelos candidatos?**

*Embora as marcas de desconhecimento em relação às nossas pautas tenham ficado evidentes entre a maioria dos entrevistados, todos eles, sem exceção, produziram um discurso empático em relação às propostas. Isso já se revela como um ponto favorável para nós. Afinal de contas, sabemos que a ausência de políticas públicas em prol das bibliotecas é parcialmente explicada pelo desconhecimento do problema junto aos agentes públicos.*

#### **5. Quais propostas mais chamaram atenção?**

*O que atraiu o meu olhar não foi, exatamente, o nível de originalidade das propostas dos presidentes, mas o fato de todos eles defenderem a adoção de três medidas: 1ª) Ampliação do orçamento destinado às bibliotecas; 2ª) Nomeação de bibliotecários para postos de gestão e administração na Administração Pública Federal, caso da presidência da Biblioteca Nacional, obedecendo, assim, o ordenamento jurídico; 3ª) Regulamentação imediata da Lei nº 10.994/2004, conhecida como Lei do Depósito Legal, que garante a preservação e disseminação da memória bibliográfica nacional.*

#### **6. Qual o saldo desta ação?**

*Creio que poderemos colher dois frutos: Primeiro, permitir ao bibliotecário, agente de leitura e amantes da cultura, conhecer as propostas dos presidentes, garantindo, assim, um voto mais consciente. Segundo, a possibilidade de se cobrar, com propriedade, do próximo morador do Palácio do Alvorada, o cumprimento das ações em prol da leitura, da literatura e das bibliotecas, prometidas na entrevista. Nesse contexto, o colóquio representa o início de um processo de reivindicação de direitos, destinado a influir na formulação de políticas públicas em prol de nossas bibliotecas.*

## **Anote na agenda: Biblioteca Escolar na Paulista**

Da Bienal para a Paulista. Em parceria com Escolas de Biblioteconomia, o CRB-8 vai continuar e ampliar o trabalho de sucesso iniciado na última Bienal do Livro: coletar assinaturas para o abaixo-assinado em prol da efetivação da Lei 12.244/2010, Lei da Biblioteca Escolar, com as pessoas que vão passear na Paulista

### **Sem biblioteca escolar, não há educação de qualidade**

Biblioteca escolar dialoga com a sociedade. É preciso tornar biblioteca escolar presente para a sociedade, ampliando a discussão das Faculdades de Biblioteconomia e dos órgãos de representação de classe para os espaços públicos

### **Em 2020, Biblioteca Escolar é Lei!**

Para estudantes de Biblioteconomia. Será fornecido certificado de participação que pode valer crédito de atividade complementar para os estudantes previamente inscritos junto à sua Faculdade para ação do Conselho.

**Domingo 11 de novembro,  
das 10h às 18h, na Avenida Paulista**

**BIBLIOTECA ESCOLAR PARA TODOS**



# EXPEDIENTE

## DIRETORIA

### Presidente

Regina Céli de Sousa – CRB-8/2385

### Vice-Presidente em Exercício e Diretora Técnica

Luciana Maria Napoleone – CRB-8/5808

### Diretor Administrativo

João de Pontes Junior – CRB-8/6829

### Diretor Financeiro

Roberto Júlio Gava – CRB-8/6620

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

### Coordenação

Maria da Conceição Gomes Bernardo – CRB-8/3163

### Integrantes

Maria Luiza Pereira de Souza Lima – CRB-8/81

Marlene Aparecida de Castro Oliveira – CRB-8/3447

## COMISSÃO DE ÉTICA

### Coordenação

Maria Lucia Beffa – CRB-8/4144

### Integrantes

Dulce Mara de Oliveira – CRB-8/7715

Rosaelena Scarpeline – CRB-8/2737

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

### Coordenação

Valentina Aparecida David Manfredi – CRB-8/1820

### Integrantes:

Claudia Alcantara e Ronaldo Ferreira Gonçalves

## COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO

### Coordenação

Hugo Oliveira Pinto e Silva – CRB-8/9893

### Integrantes

João de Pontes Junior – CRB-8/6829

Luciana Maria Napoleone – CRB-8/5808

### Colaboradores

Dulce Mara de Oliveira – CRB-8/7715

Emília da Conceição Camargo – CRB-8/3714

## COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

### Coordenação

Leila Rabello de Oliveira – CRB-8/4037

### Integrantes

Luciana Maria Napoleone – CRB-8/5808

Maria Lucia Beffa – CRB-8/4144

### Colaboradora

Dulce Mara de Oliveira – CRB-8/7715

## GRUPO ESPECIAL DE BIBLIOTECA ESCOLAR:

### Coordenação

Valentina Aparecida David Manfredi – CRB-8/1820

## Integrantes

Luciane de Queiroz Modesto Mietto – CRB-8/8933

## Colaboradores

Ivete Perucini – ECA/USP

Maria das Mercês Pereira Apóstolo – FESPSP

Vera Leny Pastore – CRB-8/6886

## COMISSÃO TEMPORÁRIA DE PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL

### Coordenação

Luciana Maria Napoleone – CRB-8/5808

### Integrantes

Hugo Oliveira Pinto e Silva - CRB-8/ 9893

Maria da Conceição Gomes Bernardo - CRB-8/3163

Maria Lucia Beffa – CRB-8/4144

Rosaelena Scarpeline – CRB-8/2737

## COMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### Coordenação

Luciana Maria Napoleone – CRB-8/5808

### Integrantes

Emília da Conceição Camargo - CRB-8/3714

Hugo Oliveira Pinto e Silva - CRB-8/ 9893

Maria Lucia Beffa – CRB-8/4144

**DESIGNER E EDITORAÇÃO:** Paulo Sergio de Mendonça Guastella

## COLABORADORES DO CRB-8

**Gerência:** *Cláudia Alcantara*; **Administrativo:** Ellen de Campos e Ronaldo Ferreira Gonçalves; **Secretaria:** Cristiane Luri Muraki Caetano; **Financeiro:** Tereza Tiemi Tanaka e Thiago Corrêa de Brito; **Fiscalização:** Ilsom José Lourenço e Ruth Maria Machado Pires



**Conselho Regional de Biblioteconomia  
do Estado de São Paulo - 8ª Região**

Rua Maracajú, 58 – Vila Mariana  
CEP 04013-020 – São Paulo – SP  
Fone (11) 5082-1404 – e-mail: crb8@crb8.org.br